

PROPOSTA DE ASSENTAMENTO E HABITAÇÃO PARA AS ETNIAS KAINGANG E GUARANI NO RS

PROPUESTA DE MORADÍA PARA LAS ETNIAS KAINGANG E GUARANI NEL RS - BRASIL

PROPOSAL OF KAINGANG AND GUARANI HOUSING IN SOUTHERN BRAZIL

Eixo 3

Vanessa Andreola

Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS

Giane de Campos Grigoletti

Dr., Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS

Resumo: Este artigo apresenta uma proposta de assentamento e habitação voltados para as etnias indígenas Kaingang e Guarani residentes no norte do estado do RS. Para a fundamentação do projeto foram estudados temas referentes aos povos indígenas brasileiros, sua arquitetura, a habitação proposta pelo governo estadual para o índio no RS, características das etnias Kaingang e Guarani e o contexto social e ambiental dos povos indígenas para os quais se destina o projeto do assentamento e da habitação. Como resultado da pesquisa, duas tipologias distintas foram definidas, uma para os Kaingang e outra para os Guarani, e a forma geral de organização do assentamento. Desta forma, busca-se contribuir para a manutenção das culturas indígenas do Brasil, em especial às do norte do RS, auxiliando para uma melhor compreensão e aceitação das minorias étnicas.

Palavras-chave: assentamento indígena, etnias Kaingang e Guarani, habitação de interesse social.

Resumen: Este artículo presenta una propuesta de asentamiento y vivienda para los indígenas kaingang y guaraní residentes en el norte del estado de Rio Grande do Sul, Brasil. Para la fundamentación del proyecto fueron estudiados los temas relativos a los pueblos indígenas en Brasil, su arquitectura, vivienda propuesta por el gobierno del estado para los indios en Rio Grande do Sul, pueblos guaraní y kaingang, sus características étnicas y el contexto social y ambiental de los pueblos indígenas para aquellos para los cuales se destinan el proyecto del asentamiento y de la vivienda. Como resultado de la búsqueda, se definieron dos tipologías diferentes, uno para el otro para guaraní y kaingang y la forma general de organización del asentamiento. De esta manera buscamos contribuir al mantenimiento de las culturas indígenas del Brasil, especialmente en el norte de Rio Grande do Sul, ayudando a una mejor comprensión y aceptación de las minorías étnicas.

Palabras-clave: asentamiento indígena; etnias Kaingang e Guranai; habitación de interés social.

Abstract: This study presents a proposal of settlement and housing to the kaingang and guarani indigenous people resident in the Southern Brazil. Themes relating to indigenous peoples in Brazil, its architecture, housing proposed by the State Government to the indigenous in Rio Grande do Sul, Guarani and Kaingang people and their ethnic characteristics and the social and environmental context of indigenous peoples were studied and analyzed. As results, two different typologies and the human settlement were defined. Furthermore, we believe to contribute to the maintenance of the indigenous Brazilian cultures, especially to the Northern Rio Grande do Sul, assisting to a better understanding and acceptance of ethnic minorities.

Keywords: Indigenous settlement, Kaingang and Guarani people; low cost housing

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTO E HABITAÇÃO PARA AS ETNIAS KAINGANG E GUARANI NO RS

Introdução

Este artigo apresenta um estudo de caso realizado para o desenvolvimento de assentamento e habitação para povos indígenas das etnias Kaingang¹ e Guarani residentes na Terra Indígena² Nonoai, Aldeia Indígena Pinhalzinho, dentro do município de Planalto – RS. O tema escolhido é importante tendo em vista as necessidades destes povos que atualmente vivem em condições inadequadas. Embora as diretrizes se refiram a um contexto específico, a abordagem adotada para a sua definição pode ser aplicada a outras situações. A pesquisa apoiou o desenvolvimento de um anteprojeto de assentamento e habitação no âmbito de um trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo, cujo resultado também é apresentado neste artigo. Procurou-se colaborar com a cultura indígena e seu fortalecimento através de um projeto adequado de habitação e espaços abertos de uso coletivo e de apoio.

A principal justificativa para o projeto é o modelo atualmente implantado pelo governo do estado para suprir a necessidade de moradia para os índios. Este modelo é o mesmo de habitação de interesse social voltado para não índios, não tendo nenhum vínculo com a cultura indígena e suas formas de habitação. Por falta de opção, estes povos acabam aceitando essa padronização, por representar melhores condições de moradia se comparada com a precariedade em que vivem. No Brasil, há cerca de 897mil índios, sendo que, aproximadamente, 517mil moram em unidades oficiais denominadas terras indígenas (TIs). Este número revela a importância do desenvolvimento de habitações adequadas às suas necessidades e a sua cultura. Logo, é relevante a reflexão e a proposição de diretrizes para habitação indígena, indo ao encontro de suas necessidades e de sua tradição cultural.

1 Os nomes dos povos indígenas são escritos no singular, assim como as palavras na língua Guarani, pois não há plural [...] (FELIPIM 2001, apud PRUDENTE, 2008).

2 Terra indígena é o procedimento administrativo de iniciativa da União, visando à identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, em obediência ao disposto na Constituição Federal (ESMPU, 2013).

Para isso é necessário compreender sua dinâmica social, a relação com a natureza, suas crenças, sua forma de expressão artística, buscando, na forma tradicional de morar do índio, subsídios para desenvolver ambientes que atendam suas necessidades atuais e que expressem sua tradição.

O método de pesquisa envolveu a análise de referências bibliográficas sobre o tema, visitas técnicas ao local, entrevista com o cacique responsável pela aldeia, entrevistas semiestruturadas com representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e assistentes sociais que atuam junto aos indígenas. As visitas técnicas foram agendadas junto ao cacique e ao chamado sargento, responsáveis pelos índios kaingangs e guaranis, público-alvo do estudo.

Realizou-se dezenove visitas ao local onde se levantou a estrutura existente, conversou-se de maneira informal com os indígenas, buscando compreender sua forma de organização territorial e social. Fez-se levantamentos da infraestrutura (vias, água, luz, esgoto, mobilidade) no local, tipos e condições das habitações e dos demais edifícios de uso coletivo (tais como escola, centro de convivência, posto de saúde). Observou-se também a vegetação nativa e exótica, lavouras, pequenas plantações, tipos de animais criados, número de indivíduos, idade, sexo, produtos artesanais confeccionados pelos indígenas, fontes de renda, grau de escolaridade, relação com a comunidade do município, rituais religiosos entre outros aspectos que pudessem colaborar com a definição das diretrizes.

A partir do conjunto de dados levantados e de sua análise, que serão apresentados neste artigo, propôs-se, em nível de partido geral, a reorganização do assentamento e um projeto de habitação.

Tradição, sociedade e cultura indígena no Brasil

Segundo Gersem (2006), as novas gerações indígenas têm demonstrado respeito aos valores e tradições de sua cultura. Para justificar sua ideia, cita a fala de um índio bororo: é desejo de todo índio entrar e fazer parte da modernidade e seu passaporte primordial é a sua tradição. Essa postura não significa abdicar da tradição, da cultura e da forma de organização social, nem isolar-se de outras culturas. Para os jovens indígenas, a garantia da preservação de sua tradição, é necessária a interação com os não índios, sem se deixar influenciar pela cultura de massa. Toda organização social, cultural e

econômica de um povo indígena está relacionada a uma concepção de mundo e de vida, isto é, a uma determinada cosmologia organizada e expressada por meio dos mitos e ritos.

Os povos indígenas consideram a natureza sagrada. Todos os elementos naturais como pedras, água, árvores e animais são sagrados e cheios de significados espirituais, devendo ser respeitados. A natureza é modo de ser e viver tanto como meio de suprimento de alimentos e outros materiais necessários à sobrevivência, como também suporte para todas as outras formas de vida. Daí muitos dos conflitos existentes entre o índio e o não índio, seu apego a um determinado território que foi ocupado por seus ancestrais e, em decorrência, a dificuldade em aceitar outros territórios. Para eles, seu território ancestral contém seus deuses, seus espíritos, todos os seus bens e seus valores que lhes dão o significado de estar vivo (WOLF, 2010).

Apesar dos índios brasileiros obterem os alimentos principalmente através da caça e da coleta, desenvolvem uma agricultura rudimentar, destinada à subsistência, sem produção de excedentes. O comércio é reduzido a trocas de presentes, de maneira ritual. A acumulação de riqueza, típica da sociedade ocidental, inexistente ou é incipiente na vida tribal. Não há distinção entre as diferentes hierarquias dos integrantes da tribo, apenas responsabilidades específicas de cada membro. A terra é sagrada e pertencente à coletividade. Vigora uma relação de igualdade social, típica de um comunismo primitivo. Entre os indígenas não há classes sociais. Todos têm os mesmos direitos e recebem o mesmo tratamento. A terra pertence a todos e o resultado da caça ou coleta sempre é dividido igualmente. Apenas os instrumentos de trabalho são propriedade individual. O trabalho na tribo é realizado por todos, apenas diferenciado por sexo e idade. As mulheres são responsáveis pela comida, crianças, colheita e plantio. Os homens ficam encarregados da caça, pesca, derrubada de árvores. Essa forma de vida é tanto mais forte, quanto menor a aculturação sofrida, daí a importância de valorizar e fortalecer todos os aspectos ligados à sua cultura (GARLET, 2012).

Conforme o Instituto Sócio Ambiental (ISA, 2013), embora não se possa afirmar que todos os índios ajam da mesma maneira, é perceptível que, ao longo da história, administraram os recursos naturais de uma forma menos agressiva para o planeta provocando poucas perturbações ambientais.

A situação atual do índio brasileiro

Índio é qualquer membro de uma comunidade indígena reconhecido por esta como tal (ISA, 2013). Indígenas são aqueles que, vivendo num determinado território da colonização por outros povos, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica (ONU 1968 apud IECAM, 2013). Este conceito está relacionado à consciência de possuir uma expressão genuína e importante para a parcela maior da sociedade. Ser tratado como sujeito de direito na sociedade é um marco na história indígena brasileira, e tem propulsionado muitas conquistas políticas, culturais e sociais (GERSEM, 2006).

Segundo Gersem (2006), entre os povos indígenas existem alguns critérios de autodefinição, embora não sejam únicos e nem excludentes. A continuidade histórica como sociedades pré-coloniais; forte vínculo com o território; sistemas sociais, econômicos e políticos próprios; língua, cultura e crenças definidas e distintas da sociedade predominante; reconhecimento de sua origem única; e vinculação ou com a rede global de povos indígenas.

No Brasil, estimativas demográficas apontam que, por volta de 1500, no início da colonização, o território era habitado por cerca de cinco milhões de índios (GERSEM, 2006). Hoje, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), a população está reduzida a 897.000 índios em todo Brasil, dos quais aproximadamente 300.000 vivem na zona urbana e 500.000 na zona rural. Para o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI, 2008), que considera apenas os indígenas vivendo em TIs já reconhecidas, a população indígena é de 538.154 habitantes, distribuídos em 281 etnias, em 24 estados, 432 municípios, 336 pólos-base, 4.413 aldeias, 615 TIs (64% regularizadas e 19% estão em estudo).

As TIs estão distribuídas em 106,7 milhões de hectares, ocupando 12,5% do território nacional, onde residem 517,4 mil indígenas ou cerca de 58% da população total. O número de indígenas por TI varia bastante. No Amazonas, localiza-se a maior terra indígena em população, a Yanomámi, com cerca de 26mil habitantes. As 83 menores TIs possuem população de até cem indivíduos (IBGE, 2012). Segundo o mesmo instituto, o número de indivíduos

por sexo é equilibrado. Quanto à distribuição por faixa etária, a pirâmide possui uma base larga, reduzindo-se com a idade, demonstrando os altos índices de natalidade e mortalidade, principalmente para a população que vive em zonas rurais. Há 72 indígenas com menos de 15 anos para cada grupo de cem indivíduos. Na zona rural, 45% da população indígena possui entre 0 a 14 anos. A escolaridade da população indígena é mais baixa do que da população não indígena.

O censo de 2010 (IBGE, 2012) também revela a condição de produção de renda dos povos indígenas. Na zona rural, 66% não possuem fonte de renda, na zona urbana, 53%. Entre os índios com 10 anos de idade ou mais, 83% recebem até um salário mínimo ou não possuem rendimentos.

O IBGE (2012) chama a atenção para a forma de organização social dos índios, que faz com que não haja uma individualização dos ganhos com seu trabalho, tornando difícil saber se os dados realmente refletem sua condição econômica. Assim, como a produção de bens é feita de forma coletiva, não há separação nítida entre lazer e trabalho e não há noção da propriedade privada. Os bens produzidos por determinada coletividade não podem ser computados de forma individualizada, mas sim para o grupo como um todo. Essa característica de sua organização social e econômica é fundamental para a organização de seu território e foi uma das bases para a definição da forma do assentamento.

O IBGE, a partir do Censo 2010, criou outra classe de moradia, chamada de oca ou maloca, aplicada apenas às TIs. Estes tipos de habitação caracterizam-se por serem ocupadas por várias famílias. Possuem ou não paredes internas, variando de tamanho, sendo constituídas de palha ou folhas para cobertura, terra ou palha para paredes. Cerca de 13% das habitações indígenas pesquisadas pelo IBGE são do tipo oca ou maloca, enquanto o restante conforma-se como uma habitação convencional, inclusive em TIs onde apenas 2,9% são ocas ou malocas. Em 59% das TIS não foram identificadas tipologias ocas ou malocas, revelando que os programas de moradia para os índios não consideram o aspecto cultural da solução usada no processo de melhoria de suas condições de vida.

Em relação à infraestrutura, 36% das habitações não possuem banheiros. Este percentual é de 67% na zona rural. O uso de fossas

rudimentares (esgotos lançados em valas, rios, lagos ou mar) para o tratamento de esgoto é predominante principalmente na zona rural. Em TIs, apenas 2,2% possuem alguma forma de tratamento de esgoto, 52,3% não são atendidos por nenhuma forma e o restante possui fossas rudimentares. Na região sul, a fossa rudimentar é predominante em 61% das moradias (IBGE, 2012). Esse dado aponta para a importância da indicação de tratamento de águas servidas que possam ser implantadas de forma independente da existência de redes de coleta de esgoto, uma vez que, em TIs, na zona rural, torna-se muito oneroso a implantação de sistemas de coleta e tratamento centralizado de esgoto.

Em relação à água potável, apenas 60,3% contam com abastecimento de água potável. Para os não índios, este percentual atinge 83%. O uso da água de recursos como poços, nascentes, rios, açudes, lagos e igarapés é comum, principalmente na região norte. Para as TIs, apenas 34% possuem rede de abastecimento de água potável. Essa dado é importante, tendo em vista que a qualidade da água é fundamental para a saúde, e a alta taxa de mortalidade verificada pode estar associada a má qualidade da água consumida (IBGE, 2012).

Do lixo gerado nas TIs, apenas 16,4% é coletado. No entanto, 325 TIs não possuem esse tipo de serviço. Nesse caso, o lixo é queimado ou jogado em terrenos baldios (IBGE, 2012). Esta situação indica a importância de projetar espaços para o armazenamento do lixo reciclável e seu posterior encaminhamento para coleta seletiva e a disposição e tratamento do lixo orgânico a fim de aproveitá-lo como adubo, fato que colaboraria com a produção de alimentos para os povos indígenas. A presença de energia elétrica é mais favorável. Em 70% das TIs há a presença do serviço (IBGE, 2012).

As unidades domiciliares identificadas pelo IBGE apontam que em verca de 64% das unidades, a organização familiar nuclear, ou seja, formada por pai, mãe e filhos solteiros, semelhante à população não indígena. A família estendida pode ser identificada em cerca de 19% das moradias. O chefe das famílias é o homem na maioria das unidades levantadas (85%), valor superior aos 58% verificados junto à população não indígena. Esta informação é fundamental para compreender como, atualmente, se organizam os índios e

como deve ser compartimentada a unidade habitacional para atender suas necessidades (IBGE, 2012).

Os povos indígenas do RS

Os índios que habitavam o atual território do RS, antes da colonização, pertenciam a três culturas diferentes. A mais conhecida era a guarani. Segundo Weimer (1999), seu estabelecimento nessa região foi em função da crença que a terra sem mal, objetivo final de sua cultura, ficaria na direção do sol nascente. Os kaingang ocupavam, quando do descobrimento do Brasil, um território bastante amplo que se estendia do norte do RS até São Paulo, ou seja, regiões mais frias, ocupadas por florestas de pinheirais. No RS, teriam tido contato primeiro com os jesuítas, sendo que o contato com o colonizador português só aconteceu no final do século XVIII (WIKPEDIA, 2013).

Atualmente existem três etnias no RS: Guarani (Mbyá e Ñandeva), Kaingang e Charrua. Estima-se uma população kaingang de mais de 30.000 pessoas. Já os guarani perfazem um total de aproximadamente 65.000 indivíduos (INAI, 2004 apud WOLF, 2010). Sua organização social é baseada na centralização do poder na figura do cacique. Esse fato foi comprovado no andamento da pesquisa, tendo em visto que para agendar as visitas e entrevistas, seguiu-se um percurso de autorizações informais até chegar ao cacique que não residia no setor da pesquisa, dentro da Aldeia Pinhalzinho. Os guarani vivem em vários estados brasileiros, desde o Mato Grosso do Sul até Rio Grande do Sul, como também na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Hoje vivem em pequenas aldeias, em beiras de rodovias e também em acampamentos. O guarani tem o hábito de caminhar em busca da terra sem males, da terra perfeita que significa também evoluir e fortalecer-se espiritualmente (BALLIVIÁN, 2011), ou seja, são nômades. Existe a autoridade, mas esta é reconhecida e conquistada através do respeito da comunidade, jamais por coerção ou repressão (GARLET, 2012).

Crença e arte do índio kaingang e guarani

A relação do kaingang com a terra e seu território é forte e influencia toda a sua mitologia e espiritualidade. Os kaingang pintam-se para o ritual do

kiki. Este ritual, relacionado com a morte, ocorre no início do inverno. É marcado pela reunião dos pajés em torno de três fogos acesos, em dias diferentes, na praça da dança ou praça dos fogos, com a participação de convidados e parentes vindos de outras aldeias (SILVA, 2011). Esse espaço é fundamental para a manutenção dessa tradição fortemente arraigada em sua cultura e deve ser previsto na proposta do assentamento.

Os mitos guaranis são narrativas que envolvem a criação e destruição de mundos, onde convivem com deuses, animais, plantas e seres humanos. Embora revelem a busca por um sentido e significado para sua existência, esse conhecimento é difícil de ser interpretado pelo pensamento lógico e racional (LITTAIF, 1996 apud CARRINHO, 2010). A liderança espiritual do índio guarani é exercida pelo Tamoi e seus auxiliares *yvyraija*, podendo ser exercida também por mulheres *Kunhã Karai*. Atualmente, cada comunidade tem um chefe político, o cacique, ao qual estão subordinadas as jovens lideranças. O cacique é o representante da comunidade indígena junto ao Estado e a vários setores da sociedade civil (POVOS..., 2013).

A arte de cestaria, sua principal expressão artística, é feita em palha (figura 1) a partir de tramados e cores com significados religiosos e cosmológicos (BALLIVIÁN, 2011). O uso desse material natural pode ser explorado para revestimentos e até divisórias internas das habitações.

Figura 01: Tipos de tramados em cestaria do kaingang.



Fonte: adaptado de Ballivián, 2011.

Existe um local dentro do conjunto habitado por índios guaranis que é considerado o mais sagrado, chamado de *opy*, onde a espiritualidade é exercida (POVOS..., 2013). *Opy* caracteriza a forma de apropriação espacial visto que esta edificação abre-se para um pátio central, um espaço de convergência onde são celebradas as atividades religiosas e sociais, comportando durante os seus rituais grande parte dos membros da

comunidade. *Opy* é intencionalmente construída no local mais distante da entrada social de uma comunidade indígena, preferencialmente cercada de vegetação fechada, de modo a ficar protegida da presença e dos olhares das pessoas de fora. O padrão formal dessa edificação não se diferencia das demais construções tradicionais, que seguem o processo construtivo e a tipologia arquitetônica similar, conforme demonstra a figura 2 (CARRINHO, 2010). Nessa figura, pode-se observar a técnica construtiva pau-a-pique ou taipa de sopapo. Esse espaço permite perceber uma geometria recorrente nas representações guaranis, fortemente centralizada, com este centro compartilhado pela coletividade indígena. Também se percebe que as construções não se diferenciam volumetricamente conforme o uso.

Figura 02: Aspecto de uma casa de reza.



Fonte: Carrinho, 2010

O grafismo da cestaria guarani, da mesma forma que o kaingang, está carregado de representações simbólicas, relacionadas com a natureza e com o sagrado. A confecção de cestos de fibras de taquara resulta em tramas ou desenhos geométricos, conforme visto na figura 3 (BALLIVIÁN, 2011).

Figura 03: Aspecto de uma casa de reza guarani.



Fonte: adaptado de Ballivián, 2011

Arquitetura indígena, kaingang e guarani

Segundo Costa (1989 apud CARRINHO, 2010), a arquitetura indígena tem forte sentido espiritual e é expressão material de seus rituais, mitos e crenças, sendo estes a base da configuração espacial e volumétrica para sua organização espacial. Para Prudente (2007), a arquitetura indígena é uma das mais importantes fontes de referência de construções social, cultural e ambientalmente sustentáveis. Como os indígenas vivem muito próximos à natureza, sua ação sobre ela sempre se dá de forma a não comprometer os recursos naturais disponíveis e não excluir ninguém do acesso a esses recursos. Carrinho (2010) comenta sobre a capacidade dos indígenas em atender suas necessidades de abrigo com técnicas artesanais e soluções climaticamente apropriadas além da expressão de suas crenças e suas tradições ancestrais.

A habitação indígena normalmente é formada por um espaço único, com áreas externas cobertas contíguas onde são desenvolvidas várias atividades da comunidade. As características dessas casas são influenciadas por fatores físicos como o clima, os materiais disponíveis, a topografia e recursos tais como córregos, matas, seguindo uma lógica de organização espacial diretamente ligada aos elementos da natureza. A habitação indígena, tanto no interior quanto no exterior, é despida de qualquer conforto, com poucos objetos, porém atende ao modo de viver do indígena (VERÍSSIMO, 2010). A habitação é percebida como um elemento vivo, com seus ciclos de vida e morte associados às necessidades de cada grupo. Os índios consideram a casa como um ente de extensão de seu próprio ser, que vai além de uma estrutura física como função utilitária (RAPOPORT, 1972 apud PRUDENTE, 2007).

Segundo Carrinho (2010), os principais tipos de moradia indígena brasileira são a oca, a maloca e a aldeia. A oca é a unidade da habitação indígena. Consiste em uma grande cabana feita com troncos de árvores coberta com palha ou folhas de palmeira. Na oca, podem viver várias famílias. Internamente, este tipo de habitação não possui divisões. A maloca é usada para as manifestações comunitárias e rituais dos índios da região amazônica. A

técnica construtiva é a mesma da oca (CARRINHO, 2010). A figura 4 ilustra estas conformações.

A aldeia ou taba é o povoado indígena na sua forma original. É a união de quatro a dez ocas. Em cada aldeia vivem várias famílias, geralmente entre 300 e 400 pessoas. O lugar para se erguer a aldeia ou taba deve ser bem ventilado, dominando visualmente a vizinhança, próximo de rios e da mata e a terrenos propícios para o cultivo de vegetais, ou seja, dos recursos naturais para a subsistência.

Figura 04: Aspecto de uma oca indígena e de uma maloca.



Fonte: Google Imagens, 2013.

No centro da aldeia fica a *ocara*, praça onde se reúnem os conselheiros, as mulheres e acontecem as grandes festas. Dessa praça partem trilhas chamadas *pucu* que levam a roça, ao campo e ao bosque (figura 5).

Figura 05: Aspectos de aldeias indígenas.



Fonte: Google Imagens, 2013.

O kaingang desenvolveu uma habitação que foge aos padrões comumente encontrados entre os indígenas brasileiros. Construíam casas subterrâneas e semissubterrâneas através da escavação do solo. As habitações podiam estar isoladas ou associadas em pequeno número. Esse tipo é encontrado em regiões mais frias, em geral, localizando-se dentro ou nas bordas de matas ou capões. Provavelmente, condições climáticas mais frias fizeram com que os kaingang buscassem empiricamente a inércia térmica da terra para protegerem-se do frio (WEIMER, 1999). Atualmente, as habitações

em uma aldeia kaingang, costumam estar espalhadas, dispostas mais ou menos de acordo com a proximidade das roças de cada família, formando vários núcleos (WILMAR; VEIGA, 2003).

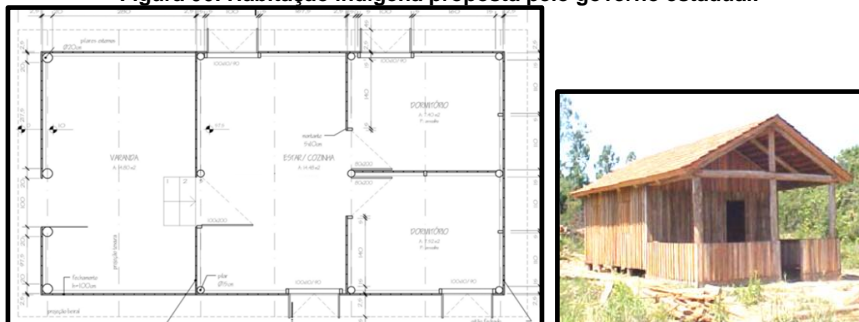
As aldeias dos índios guaranis estão próximas da forma tradicional dos indígenas brasileiros. Eram compostas por núcleos de quatro malocas com aproximadamente 12m de largura, 12m de altura e comprimento entre 20 e 60m, ordenadas ortogonalmente entre si, deixando entre elas uma grande praça quadrada onde eram realizadas as cerimônias tribais. Quando a casa envelhecia, queimavam-na e construíam outra em seu lugar (WEIMER, 1999).

A estrutura da casa era formada por varas flexíveis que eram fincadas no chão, vergadas e amarradas no topo dando origem a uma espécie de cumeeira através de uma peça horizontal longitudinal. Estruturas verticais e horizontais intermediárias eram usadas para dar estabilidade ao conjunto. Tais estruturas acabavam por definir áreas internamente (6 por 6 m) que compunham um módulo familiar e serviam de apoio às redes de dormir (WEIMER, 1999).

Arquitetura da casa indígena proposta pelo governo estadual

O governo do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu uma proposta de habitação para os índios de diferentes comunidades e etnias. As unidades habitacionais possuem 45m², um alpendre de 15m², dois dormitórios de 7,5m² e um ambiente que conjuga sala e cozinha com 15m², sem banheiro interno, conforme pode ser visto na figura 6. A estrutura é em toras de eucalipto, as vedações em tábuas vedadas com mata-junta, e o piso é elevado do solo. O piso do alpendre é de madeira, o que impede o tradicional fogo de chão feito pelos indígenas. A cobertura é em telhas cerâmicas sem forro (CRUZ, 2005).

Figura 06: Habitação indígena proposta pelo governo estadual.



Fonte: Cruz, 2005.

O projeto proposto para as comunidades indígenas não se relaciona com sua tradição de morar, pois não resgata suas técnicas construtivas, nem materiais associados à sua cultura. Não apresenta diretrizes que condizem com a realidade de cada povo e cada etnia, criando um modelo único de habitação. Um ponto considerado positivo é o uso da varanda, permitindo ao habitante usufruir de alguns costumes como abrigar a família nesse espaço e descansar ao ar livre, hábito comum entre eles. Além disso, é criado um modelo único de habitação para todas as etnias, sendo que cada grupo carrega e possui características simbólicas peculiares.

Contexto do estudo

A área para a qual foi elaborada a proposta chama-se setor Pinhalzinho, pertencente à Aldeia Indígena Pinhalzinho da TI Nonoai, dentro do município de Planalto-RS. A TI Nonoai ocupa parcialmente o território de cinco municípios localizados no norte do RS, sendo habitada por índios das etnias Kaingang e Guarani (ISA, 2013). Segundo o ISA (2013), a área é de 19.799 hectares.

Desde tempos anteriores a colonização, a região foi povoada por tribos indígenas das etnias Kaingang e Guarani e, hoje, boa parte de seu território é ocupado pela TI Nonoai (26,24% da área do município). A Aldeia Pinhalzinho é dividida em oito setores, sendo um deles o setor Pinhalzinho que é referência para os demais setores, pois possui serviços para a saúde, educação e abriga ambas as etnias, além de ser o primeiro núcleo indígena reconhecido na região (FUNAI, 2013). O clima do local é classificado como subtropical úmido e apresenta temperatura média anual de 19,5°, está junto a uma área de preservação do bioma Mata Atlântica, nominado Parque Estadual Florestal de Nonoai.

O setor Pinhalzinho é composto por uma população de 355 indivíduos (183 homens e 172 mulheres), 105 homens e 86 mulheres kaingangs (33 crianças até 10 anos, 145 adultos até 54 anos, 13 idosos até 91 anos), resultando em 191 indivíduos. Os índios guaranis somam 89 homens e 75 mulheres (23 crianças até 10 anos, 130 adultos até 54 anos, 11 idosos até 91

anos), resultando 164 indivíduos³. Grande parte da população idosa é analfabeta. Os demais, em sua maioria, cursam em escolas do município até o 9º ano. Poucos, geralmente jovens, cursam o ensino médio. A minoria cursa o ensino técnico e superior. A porcentagem aproximada ou exata referente à escolaridade não foi encontrada.

Segundo dados do IBGE (2012) referentes ao rendimento mensal na TI Nonoai, 87,15% declara não possuir rendimento, 43,85% declara receber mais de meio a um salário mínimo e 31,20% declara receber até meio salário mínimo. A fonte de renda é variada. De acordo com Gabriela Lamera⁴, 99% das famílias são beneficiadas com o Programa Bolsa Família do governo federal. Há famílias beneficiadas com aposentadoria. Geralmente, plantam mandioca, batata doce, verduras, legumes e criam galinhas e porcos para consumo próprio, sendo que algumas delas elevam a renda com produção e venda de artesanatos. Grande parte dos jovens e adultos trabalha em empresas do município ou de municípios vizinhos, como indústrias de alimentos em Chapecó, SC. Todos os índios do setor recebem cesta básica da FUNAI em alguns meses do ano. Gabriela Lamera comenta que, em algumas épocas específicas, muitos índios migram para Caxias do Sul, RS, para trabalhar temporariamente. A divisão das terras é desigual, alguns índios possuem grandes quantidades, outros quase nada, por isso, há uma pequena parcela indígena que vive de arrendamento.

Outra fonte de renda e base de matéria-prima para produção de artesanatos é oriunda do Parque Estadual Florestal Nonoai. De acordo com a Prefeitura Municipal de Planalto (PLANALTO, 2013), o parque é uma mata ciliar fechada e preservada, com quase 18 mil hectares de mata virgem. A exploração da mata é realizada apenas pelos índios, que conhecem seu interior e retiram dela diversos tipos de alimentos para subsistência e venda, como pinhão, mandioca brava, mel, diversos tipos de hortaliças e legumes, usufruem também de produtos para confecção e produção de utensílios e artesanatos, como por exemplo, o bambu, a vara de vime e a palha. O mel é uma importante fonte de renda, pois é comercialmente bem aceito. Ele é

3 Informação verbal obtida junto ao representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) para a Terra Indígena Nonoai em abril de 2013.

4 Gabriela Lamera, 38 anos, enfermeira coordenadora da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI). Entrevista realizada no dia 15 de junho de 2013.

extraído manualmente pelos próprios indígenas. Segundo relatos de Juvenal Jacinto⁵, utilizando muita fumaça, nenhuma proteção ou máscaras, nem equipamentos específicos, eles procuram nas árvores, de espécies diversificadas, os enxames que produzem duas variedades de mel: melífera e mirim. Pelo exposto, nota-se a forte dependência da comunidade em relação à floresta, bem como a importância de espaços apropriados para suas atividades e o comércio dos produtos que eles coletam ou produzem.

Com base no contato direto com os moradores, percebeu-se que os kaingang estão mais vulneráveis, se comparados aos guarani, a situações e exposições fora dos costumes. A etnia Kaingang não se preocupa tanto em resgatar e preservar as tradições culturais, quanto mais próximos à cidade e aos costumes dos não índios, para a maioria, mais interessante se torna a vivência. Um exemplo disso é a preocupação dos moradores da etnia quando afirmam que as casas destinadas aos índios, seguem o mesmo modelo das construções das casas dos não índios. Porém não é por apresentar padrões fora da realidade indígena de viver e construir, é pelo fato de não apresentar ambientes compatíveis com a situação das famílias. Se pudessem escolher, gostariam de morar em casas espaçosas e, preferencialmente, na cidade.

Já a etnia Guarani é mais conservadora. Com as mesmas opções e facilidade de convivência com os não índios, os moradores ainda assim tendem a seguir suas tradições culturais. Um exemplo, é o fato das famílias beneficiadas com casa modelo do município, onde têm mais conforto, afirmarem, em sua maioria, que gostariam de construir casas em que há resgate da tradição indígena, pois não querem perder seus costumes.

Figura 07: Exemplo de uma habitação guarani no setor Pinhalzinho.



Fonte: Foto obtida por Vanessa Andreola em jun 2013.

5 Juvenal Jacinto, 92 anos, morador kaingang da Aldeia Indígena. Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2013.

A figura 7 ilustra uma casa guarani como era construída no passado no setor Pinhalzinho, tendo o bambu como material principal para o fechamento das paredes e a folha de palmeira trançada entre varas para o fechamento da cobertura.

Segundo Argemiro Tomaz Pereira⁶, as casas do índio kaingang eram sempre de duas águas com cobertura de capim ou folha de taquara. Paredes eram estruturadas em bambu cortado ao meio e, em alguns casos, eram revestidas com barro (taipa-de-sopapo)⁷. Não existiam janelas, apenas duas portas, uma frontal e outra de fundos. Geralmente tinham dimensões pequenas, dependendo da necessidade da família. As mais comuns apresentavam medidas entre 20,00 m² e 30,00 m² e pé-direito baixo, no máximo 2,40m.

A prática de rituais religiosos, conforme informações prestadas por moradores, é realizada dentro da mata. A casa de reza *opy* não existe mais. Os moradores kaingangs também afirmam que o ritual acontece dentro da floresta. O ritual de ambas as etnias não foi todo descrito pois, segundo eles, deve haver sigilo absoluto e só é praticado por membros especiais de cada etnia.

Condições atuais do assentamento

O assentamento está inserido na zona rural e pertence a um núcleo pouco povoado. O entorno é cercado por vegetação densa, porém, uma das faces (aproximadamente sul) faz divisa com a rodovia. Existem três espaços de recreação e lazer, dois espaços educacionais, um posto de saúde, um centro cultural e um espaço comunitário religioso. Também possui algumas habitações de uso misto que oferecem espaços residenciais e de comércio. A organização espacial segue um sistema de circulação orgânico, com as edificações dispersas e sem uma relação aparentemente lógica entre si. As habitações não se organizam de acordo com o princípio da grande praça central. Conforme visto, estão dispersas e isoladas. Paralelo à rodovia que limita a área, na sua porção sudoeste, há um caminho implantado pelos

6 Argemiro Tomaz Pereira, índio Kaingang da Aldeia Pinhalzinho, um dos primeiros moradores e desbravadores da área indígena. Entrevista realizada no dia 1 de maio de 2013.

7 Sistema construtivo que se baseia em uma técnica mista, que consiste em armar uma estrutura e preenche-la com barro e fibra. Técnica vernacular adotada para que a estrutura interna não fique desprotegida, nem sofra deterioração (XAVIER, 2009 apud ESMPU, 2013).

próprios índios que atravessa o local no seu sentido longitudinal e o une com os demais setores. Neste caminho estão localizados os principais estabelecimentos (centro cultural, posto de saúde e escolas). Não existe uma demarcação, mesmo que virtual, das áreas de uso kaingang, guarani e de uso coletivo. O local não apresenta espaços de recreação e lazer. O espaço que existe é uma quadra de areia, utilizada parcialmente durante o ano pelos moradores e serve de apoio à escola para aulas de recreação. Além desse espaço, existem dois campos de futebol.

Segundo relatos de Indianara Kacemiro Severo⁸, os espaços de uso cultural e de lazer servem às duas etnias, sem confronto entre elas. A moradora comenta que, nas aldeias da região, a diferenciação das etnias se dá pela educação, terra e moradia. Portanto, escolas, casas e limites de terra têm que estar separados, assim, kaingang respeita guarani e vice versa. Outra forma de identificação é feita pela pintura do rosto e em outras partes do corpo típicas de uma ou outra etnia. Nota-se que os índios, embora dividam o mesmo espaço, querem manter sua identidade de etnia bem como certo distanciamento espacial.

Segundo Isídio Piaia⁹ e Hélio Fistarol dos Santos¹⁰, as duas escolas existentes não atendem as necessidades dos índios, pois tanto crianças kaingangs quanto guarani estudam no mesmo local. A estrutura é improvisada e precária, localizando-se no espaço destinado aos kaingang. Isto fere o princípio da divisão dos espaços conforme a etnia. A arquitetura é tradicional e segue o modelo das escolas rurais para não índios. Hélio comenta que os guarani são obrigados a estudar em escola kaingang, sendo que o ideal seria uma escola por etnia devido à diferença de língua e processo de aprendizagem.

O centro cultural do setor Pinhalzinho é composto por cinco blocos de tijolos de alvenaria em formato de oca cobertos de capim (figura 8). Esses blocos deveriam ser o local para venda de produtos naturais e artesanato dos índios, gerando renda para a comunidade. Além disso, teriam oportunidade de

8 Indianara Kacemiro Severo, 20 anos, moradora Kaingang da Aldeia Pinhalzinho. Entrevista realizada dia 13 de junho de 2013.

9 Isídio Piaia, 59 anos, diretor da Escola Indígena desde 2007. Porém, desde o ano de 2000 trabalha na Aldeia Pinhalzinho. Entrevista realizada dia 13 de junho de 2013.

10 Hélio Fistarol dos Santos, 46 anos, diretor da Escola Indígena desde 2010. Porém, desde o ano de 2007 trabalha na Aldeia Pinhalzinho. Entrevista realizada dia 17 de junho de 2013.

expor suas tradições, mostrando à comunidade o grande potencial artesanal e artístico existente na cultura indígena. No entanto, em péssimo estado de conservação, é ocupado como moradia improvisada por algumas famílias indígenas. O espaço comunitário religioso é composto por uma igreja evangélica. As duas etnias utilizam a mesma casa de oração.

Figura 08: Centro cultural junto ao setor Pinhalzinho.



Fonte: Fotos obtidas por Vanessa Andreola em jun 2013.

Segundo constatação própria, existem dois estabelecimentos de uso misto, divididos em moradia e bar, ambos voltados para a RS 324. Com estrutura intercalada em madeira e tijolos de alvenaria, ambos estão em estado precário e sem manutenção.

As habitações também encontram-se em condições precárias. A população vive em casas pequenas de madeira ou em casas de alvenaria (figura 9). Não há banheiro dentro das casas, sendo que este fica distante cerca de 15m a 20m da habitação.

Figura 09: Exemplo de uma habitação guarani no setor Pinhalzinho.



Fonte: Foto obtida por Vanessa Andreola em jun 2013.

Proposta para o assentamento e a habitação do kaingang e guarani

Com base nos estudos efetuados, uma proposta em nível de partido geral foi desenvolvida para o assentamento e habitação voltados às etnias Kaingang e Guarani do setor Pinhalzinho, da Terra Indígena Nonoai.

A proposta organiza-se em três espaços básicos:

O **espaço integrador** é o local de uso das duas etnias e da comunidade em geral que deseja visitar para conhecer a cultura indígena e obter produtos comercializados e desenvolvidos pelos próprios índios.

O **espaço comunitário** é de uso exclusivo dos índios, funcionários e voluntários que trabalham e prestam assistência no local. Haverá uma escola que comportará espaços separados para o ensino do que é específico a cada etnia e reunirá os alunos nas demais disciplinas comuns. Os espaços de convivência, de lazer e de apoio, além do setor de saúde, serão unidos para dar continuidade à integração que a comunidade vive hoje.

O **espaço privativo** é de uso exclusivo dos índios, onde será preservado cada costume étnico e métodos construtivos tradicionais. Está dividido em duas partes, como indicado na figura 10. As habitações dos kaingang, em planta circular, à esquerda na figura, e as habitações do índio guarani, com planta regular aproximadamente quadrada à direita. Esses setores se organizam a partir de uma praça comum de onde partem caminhos que levam a pequenas praças.

Figura 10: Configuração proposta para o assentamento.

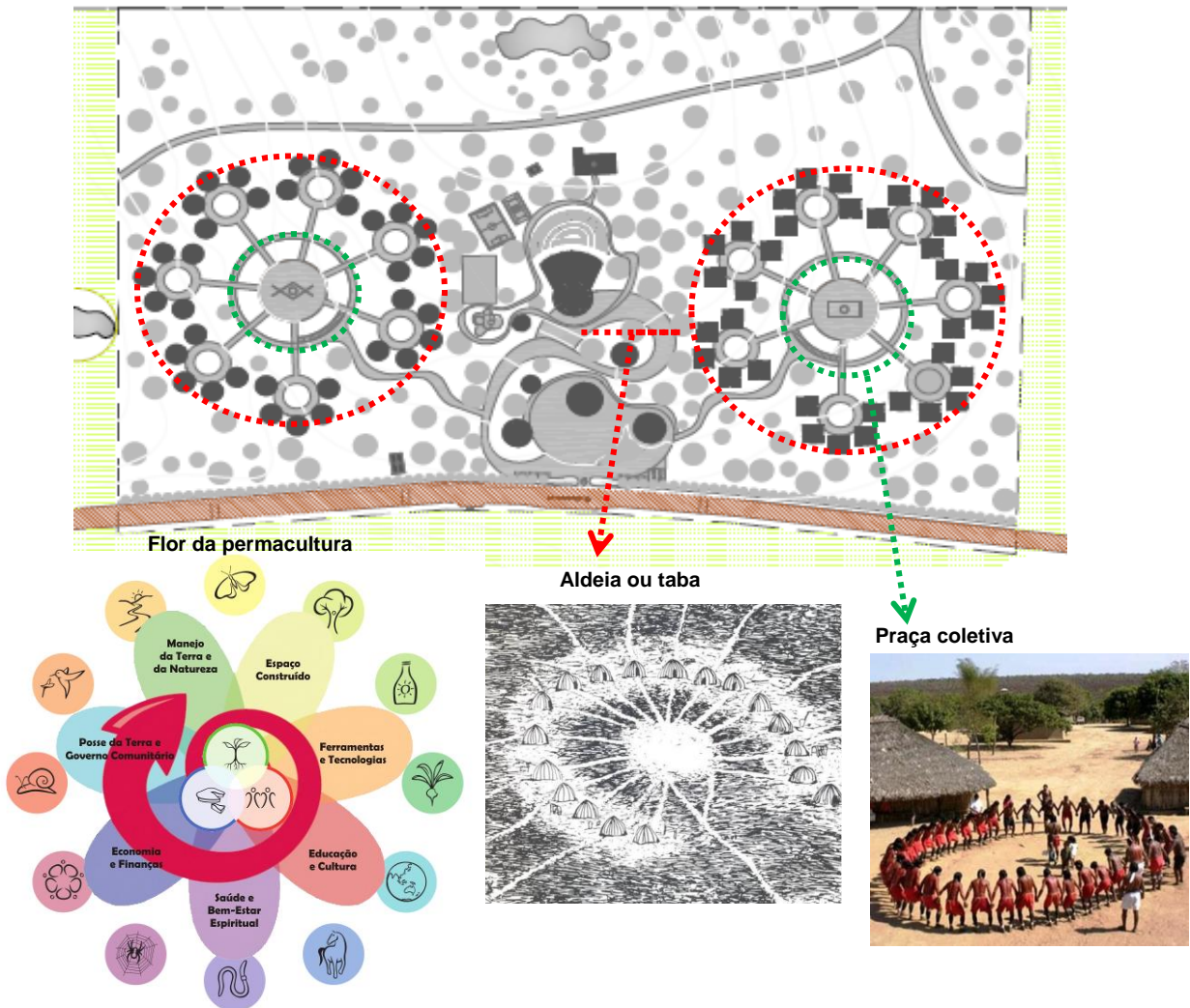


O conjunto do espaço privativo segue a ideia e a estrutura de uma aldeia ou taba, em que a disposição dos espaços é baseada na forma circular, sendo que todos estão a igual distância do elemento organizador, a praça central ou *ocara*, conforme indicado na figura 11.

A praça é usada para produção de artesanato coletivo, festas e rituais indígenas. A ideia também é norteadada pelos princípios da flor da permacultura, sendo que as atividades que serão desenvolvidas seguem os sete princípios e éticas do design permacultural. O número de ramificações que abrigará as

residências é propositalmente para lembrar cada princípio, conforme desenhos abaixo. Os espaços serão circundados por áreas verdes que farão a limitação entre elas. Para o paisagismo e demais vias, buscaram-se linhas curvas, sinuosas e orgânicas onde a prioridade é o pedestre. O intuito é fazer relação com as antigas formas de organização das aldeias indígenas, onde não existiam limites rígidos de ocupação de grandes áreas e as famílias viviam em comunidade.

Figura 11: Elementos de referência espacial para o assentamento.

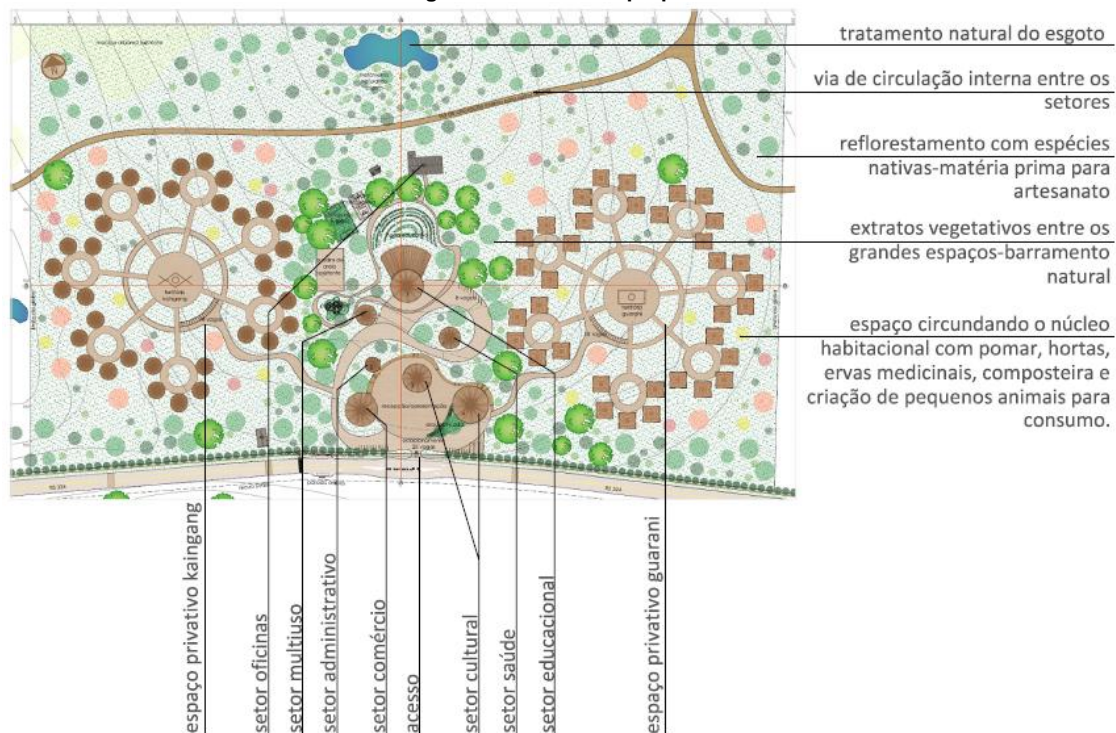


Na parte mais baixa da área de intervenção, será localizado o tratamento natural do esgoto. Será feito através de sistemas baseados na absorção dos agentes contaminantes por raízes de plantas e deposição em um lago artificial que poderá ser usado para acumular águas superficiais das chuvas na parte mais baixa da área. Também locais próprios para

armazenagem dos resíduos sólidos recicláveis e composteiras para a produção de adubo a partir dos resíduos orgânicos. A figura 12 ilustra os ambientes propostos para o assentamento.

O espaço privativo como um todo tem a mesma composição para as duas etnias, mas estão separados, respeitando e dando sequência aos limites territoriais existentes hoje na área de intervenção. Não existe delimitação de lotes, mas as habitações são afastadas entre si.

Figura 12: Síntese da proposta.

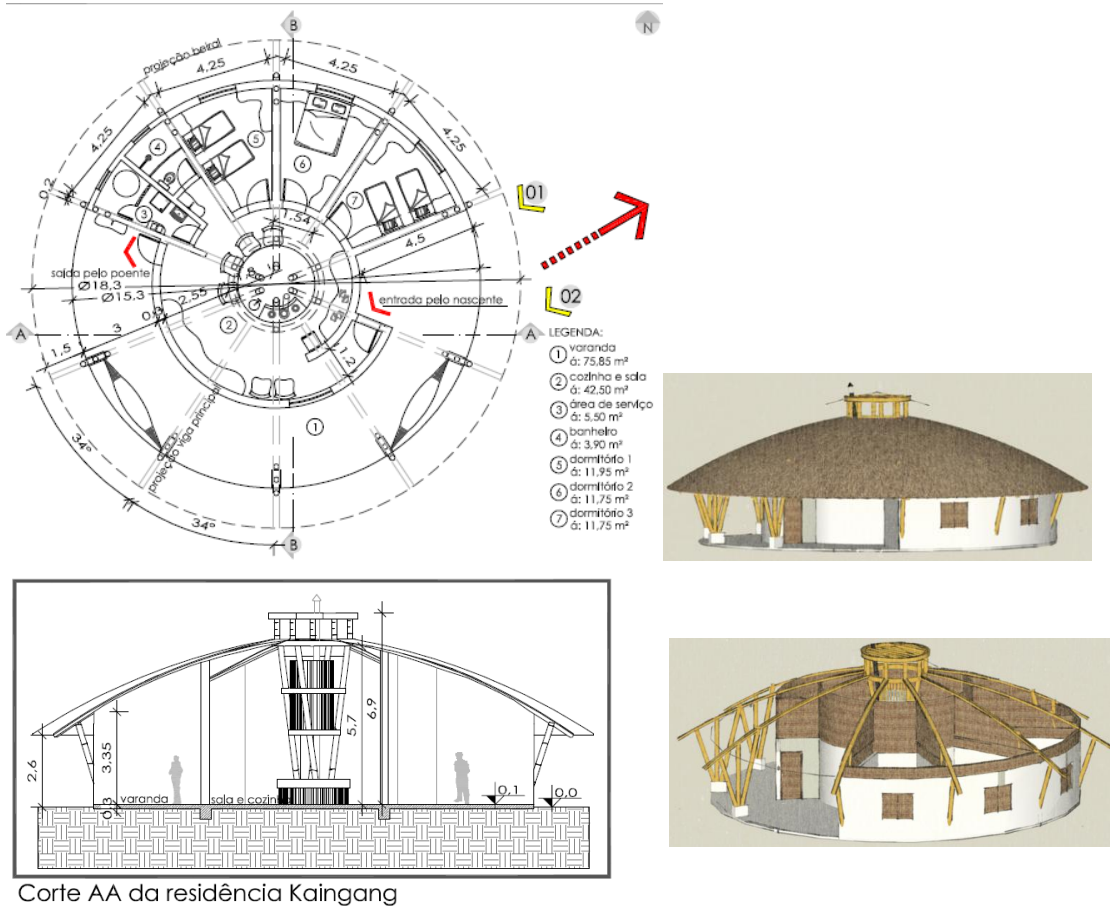


Um dos pressupostos assumidos como diretriz é o desenvolvimento de uma arquitetura sustentável nas suas dimensões ambiental, cultural e social. A tecnologia construtiva das habitações fará uso de materiais de construção naturais, como o bambu, a terra, a palha, o adobe. Além de um significado apenas físico, a habitação em si, terá um significado espiritual e expressará sua relação harmônica com a natureza, trazendo aos índios novamente como parte integrante da natureza.

A habitação kaingang, conforme figura 13, seguirá uma planta em formato circular seguindo a simbologia e a forma da oca. Assim como o conceito indígena da etnia, a casa nasce da terra, com áreas comuns da sala e cozinha no centro da edificação, no ponto central está o fogão à lenha, lembrando as antigas habitações que apresentavam fogo de chão. O restante

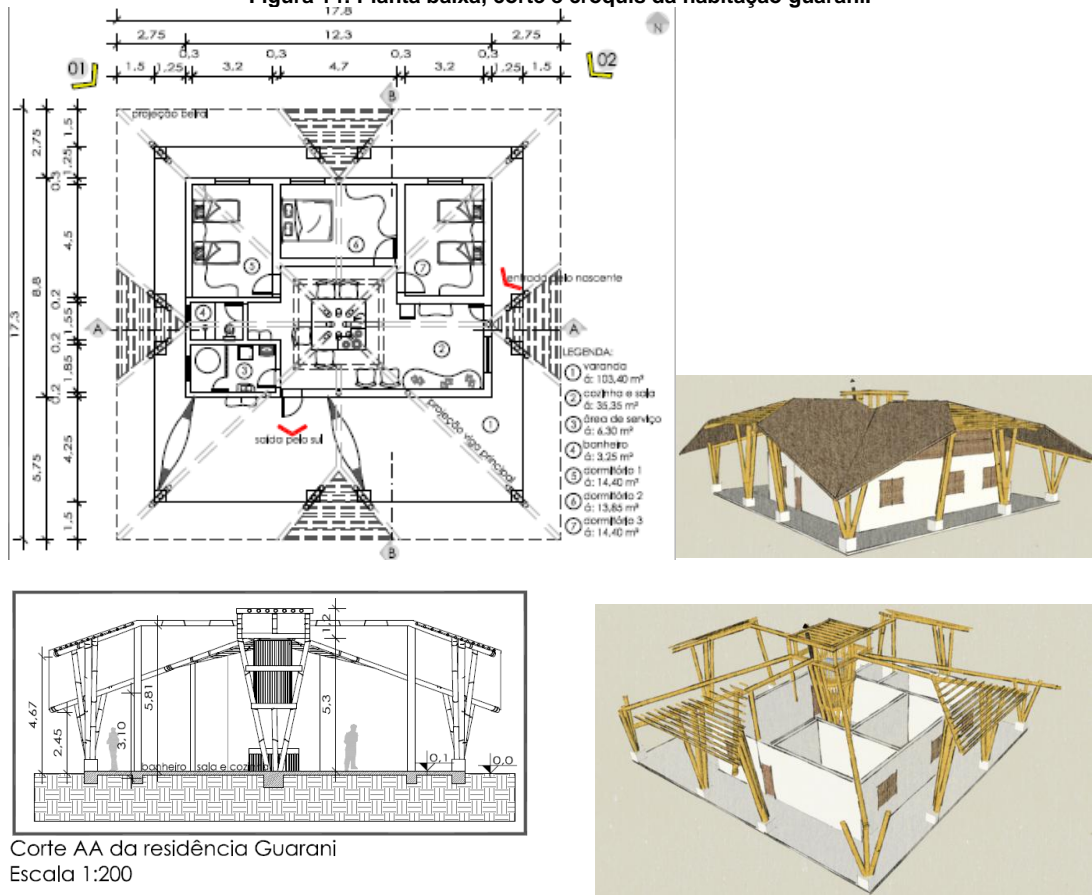
dos ambientes serão dispostos ao redor da área comum, entrelaçados a ele. Resgatando a crença kaingang, a entrada principal se dará junto ao nascente, orientação leste, e a saída se dará junto ao poente, orientação oeste.

Figura 13: Planta baixa, corte e croquis da habitação kaingang.



A casa do índio guarani, conforme figura 14, terá planta aproximadamente retangular e espaços internos modulados, conforme a tradição. Assim como o conceito indígena da etnia, acolhe os membros da família, com as áreas comuns da cozinha e sala de estar integradas, sem divisórias, entrelaçadas e moduladas pelo restante dos espaços. O fogão a lenha disposto no centro da edificação também lembrará as antigas construções indígenas que apresentavam fogo de chão. Resgatando a crença guarani, a casa terá uma porta em cada lado e uma porta central, voltada para a praça.

Figura 14: Planta baixa, corte e croquis da habitação guarani.



Considerações finais

O presente estudo definiu diretrizes condizentes com as necessidades, a cultura e as tradições dos kaingang e guarani que vivem atualmente na região norte do estado do RS. O contato e a vivência com os índios permitiu perceber até que ponto o resgate de elementos de sua arquitetura ancestral ainda fariam sentido hoje. Pode-se constatar que os índios sofrem grande influência da forma de viver do não índio principalmente porque suas condições de vida são muito precárias e difíceis. Se for possível oferecer a eles algo que respeite suas tradições e que tenha qualidade estética, estrutural e atenda suas necessidades atuais, receberão de bom grado essa solução. O importante é que a arquitetura oferecida contribua para o resgate de sua autoestima.

Referências:

BALLIVIÁN, J. M. P. **Artesanato Kaingang e Guarani:** Territórios Indígenas – Região Sul. 1ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2011. CARRINHO, R. G. **Habitação de Interesse Social em Aldeias Indígenas:** uma abordagem sobre o ambiente construído Mbyá-Guarani no litoral de Santa

Catarina. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CRUZ, J. T. **Habitação Indígena para a Aldeia Mbyá Guarani da Lomba do Pinheiro.** Estudo de caso apresentado para disciplina de projeto VII. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2005.

ESMPU. Escola Superior do Ministério Público da União. Dicionário de direitos humanos. **Coleção de palavras.** Banco de Dados. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.escola.mpu.mp.gov.br/dicionario/tiki-index.php>>. Acesso em 17 abr. 2013.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Área disponível.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/portal/>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

GARLET, D. J. **Origem do homem e primeiros Estados.** Santa Maria: Totem Ltda, 2012.

GERSEM, L. S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Ministério da Educação continuada, alfabetização e diversidade. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

GOOGLE IMAGENS. **Imagens diversificadas.** 2013. Data de aquisição: 25 abr. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010:** população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. Sala de Imprensa. Comunicação Social 10 ago 2012. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2194>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

ISA. Instituto Sócio Ambiental. **Mapas:** Terras Indígenas no Brasil: Região Sul. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/mapas>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

PLANALTO. PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO. **Informações.** História do município. Planalto, 2013. Disponível em: <<http://www.planalto.rs.gov.br/>>. Acesso em: 19 maio. 2013.

POVOS Indígenas do Brasil. **No Brasil atual.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 12 maio. 2013.

PRUDENTE, L. T. **Arquitetura Mbyá – guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul:** Estudo de Caso do Tekoá Nhüu Porã. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil, UFRGS, Porto Alegre - RS, 2007.

SIASI. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE INDÍGENA. **População indígena.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/2/principal.html>>. Acesso em: 22 maio. 2013.

SILVA, L. A. A história Kaingang através do ritual do Kiki. **Santa Catarina em História.** Florianópolis, v.5, n.1, 2011.

VERÍSSIMO, J. As populações indígenas e mestiças da Amazônia. 1887. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, p. 295 – 390. Tomo L. Rio de Janeiro – RJ, 2010.

WEIMER, G. **A Arquitetura.** 165 p. 3 ed. Porto Alegre – RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

WIKPEDIA. A enciclopédia livre. **Caingangues.** Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Caingangues>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

WILMAR, R. D'A.; VEIGA, J. Habitação e acampamento Kaingang hoje e no passado. **Cadernos do CEOM.** n.18, p. 213 - 242. Chapecó – SC: Argos, 2003. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/habitacao_e_acampamentos.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

WOLF, Denise. Indígenas no Brasil e RS. **Notícias IECAM** - Instituto de Estudos Culturais e Ambientais. 19 abr. 2010. Disponível em: <http://iecam.org.br/?OP=NOTICIA&NOTICIA_ID=51>. Acesso em 18 jul. 2013.